



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

291
80

Embargos de Declaração nos Embargos de Declaração na Apelação n. 215.141-3

Embargante: Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social - Fachesf

Embargado: Jonas Elias Dias da Silva

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

Ementa: Embargos de Declaração. Omissão acerca do equilíbrio atuarial. Inexistência. Matéria implicitamente tratada. Objeto Central do litígio enfrentado no acórdão embargado. Prequestionamento Implícito. Embargos rejeitados.

1 - A matéria já se encontra prequestionada implicitamente pelo enfrentamento das questões no acórdão, embora sem indicação expressa dos dispositivos de lei que o fundamentaram. Precedentes do STJ.

2 - Manifestou-se o juízo amplamente sobre o plano previdenciário objeto litígio, tendo sido fundamentadamente reconhecido o direito a suplementação da aposentadoria reclamada envolvendo a questão da migração entre os planos 001 e 002 da Fachesf. Em relação à questão específica acerca do equilíbrio atuarial tal ponto foi implicitamente tratado na decisão embargada, considerando o beneficiário recolher as diferenças de contribuições existentes a partir de novembro de 1990 até a data em que se aposentou.

3 - A Embargante tenta em sede de embargos de declaração revisitar o julgado, objetivando sua reforma e desvirtuando assim a natureza do recurso do art. 535 do CPC. As questões relevantes do litígio restaram abordadas na decisão não havendo omissão no julgado. Inconformada com o julgado deve a Embargante manejar o recurso de reforma cabível.

4 - Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos do Embargos de Declaração nos Embargos de Declaração na Apelação nº **215141-3** em que figuram como Embargante Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social - Fachesf e como Embargado Jonas Elias Dias da Silva, ACORDAM, em Terceira Câmara Cível, os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade, em rejeitar os embargos nos termos do voto do relator", tudo de acordo com o relatório, os votos, as notas taquigráficas e o termo de julgamento que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife,

Eduardo Sertório Canto
Desembargador Relator



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

288
RJP

Embargos de Declaração nos Embargos de Declaração na Apelação n. 215.141-3

Embargante: Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social - Fachesf

Embargado: Jonas Elias Dias da Silva

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

RELATÓRIO

O feito originário trata de ação ordinária promovida por Jonas Elias contra a Fachesf pretendendo a inclusão como participante "não tetado" no plano de previdência complementar, devendo a complementação de aposentadoria ser calculada sobre o total de seus ganhos.

O juízo singular sentença (fls. 158/162) julgando **procedente** o pedido para determinar à Fachesf proceder a inclusão do autor no rol dos participantes não tetados, devendo suplementar a aposentadoria calculada com base no total dos ganhos do demandante, a partir de sua exclusão do quadro de participantes ativos, deduzidos os valores já percebidos. Assim, deverão ser recolhidas por Jonas Elias as diferenças de contribuições existentes a partir de novembro de 1990 até a data em que se aposentou, com as devidas atualizações, bem como serem observadas as demais condições impostas na reunião do Conselho de Curadores, em março de 1997.

A Fachesf interpôs recurso apelatório pretendendo a reforma da sentença alegando ter sido descumprido o Decreto nº 87.091/82 e o plano de benefícios nº 002 Fachesf, destacando ter o demandante se desvinculado do plano 001 para ingressar no 002 (fl. 71), em 1986, por vontade própria. Ressaltou também haver oportunizado, em 1990, a escolha para permanência ou não do teto previdenciário apenas para os participantes da Fachesf que ingressaram em 1980 até 1982 (datas de instituição do plano 002 e vigência do Decreto 87.091/82, respectivamente).

Tal recurso foi julgado por esta 3ª Câmara no sentido de negar provimento ao apelo da Fachesf, à unanimidade, lavrando-se a seguinte ementa:

EMENTA: CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA. FACHESF. PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. ENQUADRAMENTO. PLANOS 001 E 002. PARTICIPANTE NÃO TETADO. SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA QUE DEVE OBSERVAR AS REGRAS DO REGULAMENTO 001, SEM AS RESTRIÇÕES DO REGULAMENTO 002. SENTENÇA MANTIDA. APELO PRINCIPAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS COM BASE NO VALOR DA CONDENAÇÃO. ARTIGO 20, §3º DO CPC. APELO ADESIVO PROVIDO.

A matéria em evidência, pertinente ao reconhecendo o direito a suplementação da aposentadoria reclamada envolvendo a questão da migração entre os planos 001 e 002 da Fachesf, já foi enfrentada por este Tribunal, merecendo idêntica solução em prestígio a segurança jurídica e uniformização das decisões judiciais.

A Fachesf interpôs embargos de declaração às fls. 238/245, alegando a existência de erro material e omissões no julgado, tendo sido o recurso **rejeitado**, lavrando-se a seguinte ementa:

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INTUITO DE MODIFICAÇÃO DO JULGADO. VIA INADEQUADA. OBJETO CENTRAL DO LITÍGIO TRATADO NO ACÓRDÃO EMBARGADO. PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO. EMBARGOS A QUE SE NEGA PROVIMENTO – DECISÃO UNÂNIME.

1 - A matéria já se encontra prequestionada implicitamente pelo enfrentamento das questões no acórdão, embora sem indicação expressa dos dispositivos de lei que o fundamentaram. Precedentes do STJ.

2 - A Embargante tenta em sede de embargos de declaração revisar o julgado, objetivando sua reforma e desvirtuando assim a natureza do recurso do art. 535 do CPC. As questões relevantes do litígio restaram abordadas na decisão não havendo omissão no julgado. Inconformada com o julgado deve a Embargante manejar o recurso de reforma cabível.

3 - Embargos de declaração a que se nega provimento.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos do Embargos de Declaração na Apelação nº **215141-3** em que figuram como Embargante Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social - Fachesf e como Embargado Jonas Elias Dias da Silva, ACORDAM, em Terceira Câmara Cível, os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade, em rejeitar os embargos nos termos do voto do relator", tudo de acordo com o relatório, os votos, as notas taquigráficas e o termo de julgamento que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

A Fachesf interpõe, novamente, embargos de declaração (fls. 278/280) alegando a omissão da decisão a respeito do equilíbrio atuarial do plano previdenciário.

É o relatório. Feito independente de pauta.

Recife, 

EDUARDO SERTÓRIO CANTO
DESEMBARGADOR RELATOR



TJPE

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO
3ª CÂMARA CÍVEL

289
806

Embargos de Declaração nos Embargos de Declaração na Apelação n. 215.141-3

Embargante: Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social - Fachesf

Embargado: Jonas Elias Dias da Silva

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

VOTO

Em suas razões recursais, a Fachesf alega a omissão das decisões proferidas no feito a respeito do equilíbrio atuarial do plano previdenciário.

Analizando os autos observo já ter este juízo se manifestado amplamente sobre o plano previdenciário objeto do presente litígio, tendo sido fundamentadamente reconhecido o direito a suplementação da aposentadoria reclamada envolvendo a questão da migração entre os planos 001 e 002 da Fachesf.

Transcrevo trecho da decisão proferida no julgamento do recurso apelatório (fls. 221/222), bem como nos embargos de declaração anteriormente interpostos pela Fachesf (fls. 269/271):

APELAÇÃO

(...) Ademais, destaco as seguintes considerações lançadas na sentença atacada:

Corroborando com a posição aqui defendida, deve-se citar a comprovada boa-fé do autor. Primeiramente, observa-se que o seu pedido não foi infundado, vez que foi a própria demandada, por meio de carta, quem facultou a modificação da contribuição aqui requerida, conforme prova nos autos. Em segundo lugar, vê-se que o autor realizou o pleito 6 (seis) meses antes de se aposentar, não podendo ser prejudicado pela demora natural na avaliação de matérias tão complexas como esta. Ora, se o direito aqui solicitado, em março de 1997, apenas dois meses após a aposentadoria do autor, foi estendido aos demais participantes ativos que não haviam recebido a carta, não faz sentido não estendê-lo a um empregado que havia realizado o referido requerimento quando ainda estava na ativa. Em terceiro lugar, mas não menos importante, é necessário frisar que o autor não buscou um ganho indevido, vez que na própria comunicação de fl.22 propõe "que sejam efetuados os cálculos das contribuições pertinentes, corrigidas monetariamente, conforme disciplinado na espécie, para quitação".

Pautando-se pela necessária uniformização das decisões judiciais entendo deva ser mantida a sentença recorrida por estar em concordância com posição desta Corte sobre a questão em tela, reconhecendo o direito a suplementação da aposentadoria reclamada envolvendo a questão da migração entre os planos 001 e 002 da Fachesf.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

(...) Restou consignado na decisão embargada ser cabível o cálculo da suplementação da aposentadoria de Jonas Elias com base no plano 001, considerando haver previsão no estatuto da Fachesf (art. 54)(fl. 22) estabelecendo não serem prejudicados os participantes por alterações posteriores, destacando ter ingressado no plano em 1972.

Cabe registrar não ter sido estabelecida a combinação entre os planos 001 e 002, e sim, a suplementação da aposentadoria do autor sem o teto

limitador previsto no segundo plano, prevalecendo, portanto, o cálculo pelo plano 001, inclusive, devendo ser recolhidas por Jonas Elias as diferenças de contribuições existentes a partir de novembro de 1990 até a data em que se aposentou.

Importa destacar ter sido ofertado aos demais integrantes do plano obter a suplementação da aposentadoria com base no plano 001, apenas sendo negado por Jonas Elias por já ter se aposentado à época do deferimento do pleito (fl. 26 e 162).

Ademais, não há pertinência a alegação de erro material a respeito do julgado balizador da decisão recorrida, havendo outros julgados desta Corte analisando a matéria e adotando o mesmo entendimento formulado nos autos.

Em relação à questão específica abordada pela Fachesf no presente recurso acerca do equilíbrio atuarial tal ponto foi implicitamente tratado na decisão embargada, considerando o beneficiário recolher as diferenças de contribuições existentes a partir de novembro de 1990 até a data em que se aposentou, conforme consta do trecho acima transcrito.

Cumpra transcrever trecho do voto proferido pelo Des. Revisor, Bartolomeu Bueno (fls. 223/224) sobre o caso:

(...) De início, cumpre salientar que a matéria ora analisada já foi objeto de diversas ações julgadas por este E. Tribunal de Justiça, restando consignado o entendimento consoante o qual o Estatuto da FACHESF, em seu art. 54 (fl. 22), garante que os participantes vinculados inicialmente ao Regulamento 001 não sejam prejudicados pelas alterações posteriores, de maneira que as restrições criadas em novos planos não lhes poderiam ser impostas.

Ademais, labora em favor do demandante o fato de que o Decreto nº 81.240/78, citado pela instituição demandada como instrumento normativo que legitimou a forma de cálculo de suplementação ora impugnada, ressaltava, à época de sua aposentação (em 10/01/1997), a situação dos participantes que ingressaram nos planos antes de 1º de janeiro de 1978.

Ora, tendo o demandante ingressado no plano de previdência administrado pela instituição ora apelante em 01/03/1972, como faz prova o documento colacionado às fls. 47, é extrema de dúvidas que sua condição se encontra inserida na hipótese acima mencionada, já que inicialmente vinculou-se a regulamento mais favorável.
(...)

Ademais, é pacífico o entendimento do STJ a respeito da desnecessidade do enfrentamento de toda a argumentação trazida pelos litigantes, sendo vital para a decisão judicial apreciar a questão relevante do feito, conforme se infere do precedente abaixo transcrito:

(...) 1. Constatase que não se configura a ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada. Não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução.(...)

(AgRg no REsp 1296639/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/05/2012, DJe 22/05/2012)(original sem destaques)

Dessa forma, visível não haver omissão na decisão embargada, apenas demonstra-se o inconformismo do embargante, quanto às razões que

formaram o convencimento desta relatoria, usadas como fundamentação da decisão embargada, não se podendo falar em qualquer vício da mesma.

Portanto, a revisão do julgado, em manifesta pretensão infringente, revela-se inadmissível em sede de embargos, não merecendo prosperar a insatisfação da embargante.

Com efeito, é de se verificar terem sido apreciadas as questões centrais do feito, e, a falta de indicação de dispositivos legais não caracteriza omissão, sendo a decisão da forma em que se encontra suficiente para caracterizar a efetiva apreciação do feito e o prequestionamento da matéria.

O STJ, inclusive, tem posicionamento reiterado nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. PRESENÇA DE OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS COM EFEITOS INFRINGENTES. RECURSO ESPECIAL. **PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO. ADMISSÃO.** RECURSO ADESIVO. AUSÊNCIA DE MENÇÃO AO ART. 500 DO CPC. RAZÕES RECURSAIS QUE EXPRESSAM A INTENÇÃO DE RECORRER DE FORMA ADESIVA. CONHECIMENTO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ NÃO CONFIGURADA. EXCLUSÃO DA PENALIDADE IMPOSTA.

1. Conforme entendimento consolidado nesta Corte, **admite-se o prequestionamento implícito, para fins de conhecimento do recurso especial interposto pela alínea a do permissivo constitucional, quando as questões debatidas no recurso especial tenham sido decididas no acórdão recorrido, ainda que sem a explícita indicação dos dispositivos de lei que o fundamentaram.**

2. Na hipótese dos autos, configurado está o prequestionamento implícito do tema referente à infringência ao art. 500 do CPC, porquanto a questão referente à tempestividade do recurso adesivo foi o ponto central para o não conhecimento da apelação.

(EDcl no REsp 691.653/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/03/2009, DJe 07/04/2009)(original sem destaques).

Assim sendo, a matéria já se encontra enfrentada, pois a decisão abordou todas as questões postas em debate, mesmo sem expressa indicação dos dispositivos legais que lhe serviram de fundamento.

Ademais, se o embargante não se conforma com os termos do julgado deve manejar o recurso de reforma que entender cabível, não se prestando os embargos de declaração para esses fins.

Desse modo, a via dos embargos de declaração não se prestam à rediscussão da decisão recorrida, não se justificando, portanto, a reforma do julgado proferido por este juízo.

Dessa forma, **rejeito** os embargos, mantendo-se o acórdão recorrido em todos os seus termos.

É como voto
Recife,

EDUARDO SERTÓRIO CANTO
DESEMBARGADOR RELATOR